



Decreto Municipal nº 023/2025, de 01 de dezembro de 2025.

**DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE
GRATIFICAÇÕES CONCEDIDAS AOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE
SANTO ANDRÉ/PB E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ - PB, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de SANTO ANDRÉ, Estado da Paraíba.

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das despesas do Município aos limites previstos na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto às despesas com pessoal estabelecidas nos arts. 19 e 20 da referida lei;

CONSIDERANDO a atual conjuntura econômica e financeira do Município, que exige medidas de contenção de gastos para o equilíbrio orçamentário e o cumprimento das metas fiscais;

CONSIDERANDO que as gratificações têm caráter transitório, dependem de conveniência e oportunidade da Administração, e podem ser revistas ou suprimidas sempre que o interesse público assim o exigir;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de garantir a manutenção dos serviços públicos essenciais e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos municipais;

D E C R E T A:





Art. 1º Ficam suspensas por tempo indeterminado, a partir de 01 de dezembro do ano em curso, todas as gratificações concedidas a servidores públicos efetivos, comissionados, contratados ou cedidos, integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Santo André/PB, independentemente da denominação que possuam.

Art. 2º A suspensão de que trata o artigo anterior não implica redução de vencimentos básicos ou de direitos adquiridos, aplicando-se exclusivamente às vantagens de natureza provisória e discricionária concedidas por ato administrativo.

Art. 3º Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças adotar as medidas necessárias à execução deste Decreto, inclusive a adequação das folhas de pagamento e demais registros funcionais.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando-se revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Santo André,
Estado da Paraíba, em 01 de dezembro de 2025.

EDGLEI AMORIM DO NASCIMENTO
Prefeito Constitucional

